

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 435, emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Conjuntura econômica: 2020 ficará marcado como um ano desafiador, no qual o mundo sofreu uma crise sanitária causada pela COVID-19, que com seu alto poder de disseminação, obrigou a quase paralisação das atividades econômicas e sociais, gerando um ambiente de incerteza e uma profunda recessão na economia global. Governos foram obrigados a adotar políticas fiscais expansionistas, elevando os níveis de endividamento público. Bancos centrais das principais economias avançadas passaram a praticar políticas de juros zero ou negativos e aumentaram expressivamente a oferta de crédito. Esses esforços deram suporte à atividade econômica global, criando condições para a superação do choque negativo causado pela pandemia. No Brasil, não foi diferente. O choque causado pela COVID-19 resultou em uma queda relevante do PIB no 2º trimestre do ano. O governo brasileiro adotou medidas visando à recomposição da renda, principalmente do setor informal da economia, com ajuda creditícia às micro, pequenas e médias empresas, buscando suavizar os riscos de paralisação da atividade e aumento do desemprego. Tais medidas, combinadas a um maior relaxamento do isolamento social acompanhando a evolução da pandemia, foram essenciais para que ao longo do 2º semestre os efeitos dos programas de suporte governamental contribuíssem para uma expansão do PIB no 3º trimestre. Tal crescimento foi liderado pela indústria e comércio, enquanto o setor de serviços mostrou uma evolução mais lenta, afetado, ainda, pelo ambiente desafiador causado pela COVID-19. Em 2020, o PIB brasileiro apresentou um número melhor do que as projeções do início da pandemia. A inflação, apesar da fraqueza interna, foi afetada pela alta das commodities e depreciação do real. O IPCA fechou o ano com alta de 4,2%, ligeiramente acima do centro da meta de 4% para 2020, e a taxa Selic era de 2% em dezembro, no nível mínimo histórico. Para 2021, as expectativas são positivas, com o processo de vacinação contra a COVID-19 avançando e assim criando condições para o restabelecimento da confiança dos agentes econômicos. Com isso, o mercado de trabalho e a renda tendem a se fortalecer, sendo fatores essenciais para a consolidação da retomada econômica em 2021, assim como a assecuração de um regime fiscal sólido e o avanço na agenda de reformas.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2020	2019	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	18.166,6	17.168,8	5,8%
Sinistros retidos	(14.173,3)	(13.712,4)	-3,4%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	3.993,2	3.456,4	15,5%
Resultado bruto	3.595,4	3.089,9	16,4%
Resultado financeiro líquido	122,4	362,4	-66,2%
Resultado patrimonial	28,1	219,1	-87,2%
Resultado antes dos impostos e participações	1.492,6	1.707,8	-12,6%
Resultado Líquido	994,2	1.296,7	-23,3%

3. Comentário sobre o desempenho: A Companhia atingiu R\$18.166,6 milhões em prêmios ganhos no ano, crescimento de 5,8% na comparação com 2019. Os sinistros retidos apresentaram aumento de 3,4% em 2020 ante o ano anterior. O resultado bruto somou R\$3.595,4 milhões, aumento de 16,4% em relação a 2019. O resultado financeiro líquido registrou uma redução de 66,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$122,4 milhões. O resultado patrimonial apresentou uma queda de 87,2% no ano, impactado pelo menor resultado das empresas em que a Companhia possui participação. O resultado líquido em 2020 totalizou R\$994,2 milhões, redução de 23,3% na comparação com o ano anterior, acompanhando, principalmente, os menores resultados financeiro e patrimonial no período.

4. Distribuição do resultado:

(R\$ milhões)	2020	2019
Lucro antes dos impostos e participações	1.492,6	1.707,8
(-) Impostos e contribuições	(437,4)	(368,1)
(-) Participações	(61,1)	(43,1)
Lucro líquido do exercício	994,2	1.296,7
(+) Outros ajustes	(0,1)	-
Lucro líquido do exercício após ajustes	994,0	1.296,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(49,7)	(64,8)
Lucro líquido ajustado	944,3	1.231,8
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	236,1	308,0
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	236,1	225,0
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	199,9	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios (c)	-	83,0
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	345,0	302,3
Bruto	300,0	335,0
Imposto de renda	(45,0)	(50,3)
Saldo dos dividendos obrigatórios (d) = (a) - (b) - (c)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	208,3	671,8

5. Investimentos: Em 31/12/2020, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$1.594,7 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$855,0 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$621,9 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$157,9 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$233,8 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$1,6 milhão. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.
A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante	-	6.825.399	6.236.260	Circulante	-	4.755.913	3.931.967
Disponível	-	39.512	2.470	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	3.989.277	3.248.889
Realizável	-	6.785.887	6.233.790	Provisões de prêmios	-	472.671	441.602
Aplicações financeiras	5	5.429.409	5.451.113	Provisão de prêmios não ganhos	-	440.146	414.943
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	3.870.426	3.691.657	Provisão para remissão	-	32.525	26.659
Aplicações livres	-	1.558.983	1.759.456	Provisão de sinistros a liquidar para SUS	-	14.125	17.534
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	833.849	361.947	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	1.931.181	2.021.116
Prêmio a receber	6.1	264.466	338.046	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	1.571.300	768.637
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	6.2	569.383	23.901	Débitos de operações de assistência à saúde	-	97.275	96.390
Despesas diferidas	7	303.100	293.805	Prêmios a restituir	-	1.239	834
Créditos tributários e previdenciários	8	100.106	6.723	Receita antecipada de contraprestações / prêmios	-	18.220	20.436
Bens e títulos a receber	9	106.905	117.319	Comercialização sobre operações	-	49.276	36.967
Despesas antecipadas	-	12.518	2.883	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	28.540	38.153
Não circulante	-	6.714.279	5.606.394	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	38.616	43.947
Realizável a longo prazo	-	2.937.796	2.796.799	Provisões	-	108.847	178.208
Créditos tributários e previdenciários	8	182.249	133.819	Provisões para IR e CSLL	-	-	113.550
Títulos e créditos a receber	-	89.407	58.635	Provisões para ações judiciais	15.2	108.847	64.658
Despesas de comercialização diferidas	7	660.665	669.834	Tributos e encargos sociais a recolher	-	149.332	124.998
Ativo fiscal diferido	8	530.948	451.606	Empréstimos e financiamentos a pagar	17	-	743
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.473.164	1.481.290	Débitos diversos	18	372.566	238.792
Outros créditos a receber a longo prazo	-	1.363	1.615	Não circulante	-	1.407.123	1.339.408
Investimentos	-	3.464.348	2.607.860	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	82.841	65.211
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	10	3.464.348	2.607.860	Provisão para remissão	-	28.128	26.480
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	-	1.088.802	636.625	Provisão de sinistros a liquidar para o SUS	-	3.680	3.404
Participações em outras sociedades	-	2.375.546	1.971.235	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	51.033	35.327
Imobilizado	-	76.475	59.196	Provisões	-	373.423	337.541
Imobilizado de uso próprio	-	36.029	30.543	Provisões para ações judiciais	15.2	373.423	337.541
Imobilizado - Não hospitalares/odontológicos	-	36.029	30.543	Tributos e encargos sociais a recolher	-	942.524	935.269
Outras imobilizações	-	40.446	28.653	Tributos e contribuições	15.2	942.524	935.269
Intangível	11	235.660	142.539	Débitos diversos	18	8.335	1.387
Total do ativo		13.539.678	11.842.654	Patrimônio líquido	19	7.376.642	6.571.279
				Capital social	-	4.398.386	3.217.208
				Reservas	-	3.389.346	3.703.474
				Reservas de capital	-	(85.913)	(39.913)
				Reservas de lucros	-	3.475.259	3.743.387
				Ajustes de avaliação patrimonial	-	(50.037)	11.650
				(-) Ações em tesouraria	-	(361.053)	(361.053)
				Total do passivo		13.539.678	11.842.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	-	18.166.560	17.168.802
Receitas com operações de assistência à saúde	-	18.363.660	17.337.901
Prêmios retidos	20.1	18.367.912	17.334.657
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	(4.252)	3.244
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	-	(197.100)	(169.099)
Sinistros retidos	-	(14.173.329)	(13.712.403)
Sinistros conhecidos ou avisados	20.2	(13.370.667)	(13.843.644)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	(802.662)	131.241
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-	3.993.231	3.456.399
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	40.136	11.702
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	245	1.893
Outras receitas operacionais	-	245	1.893
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	20.3	(435.474)	(372.084)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	-	(356.058)	(319.498)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	-	(1.283)	(943)
Provisão para perdas sobre créditos	-	(78.133)	(51.643)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20.3	(2.690)	(8.004)
Resultado bruto	-	3.595.448	3.089.906
Despesas de comercialização	20.4	(1.204.852)	(1.097.173)
Despesas administrativas	20.5	(1.043.834)	(865.835)
Resultado financeiro líquido	20.6	122.377	362.401
Receitas financeiras	-	743.643	605.463
Despesas financeiras	-	(621.266)	(243.062)
Resultado patrimonial	10	28.149	219.099
Receitas patrimoniais	-	141.815	255.703
Despesas patrimoniais	-	(113.666)	(36.604)
Resultado com resseguro	-	(4.650)	(573)
Receitas com resseguro	-	24.896	3.686
Despesas com resseguro	-	(29.546)	(4.259)
Resultado antes dos impostos e participações	-	1.492.638	1.707.825
Imposto de renda	20.7	(303.093)	(287.328)
Contribuição social	20.7	(189.208)	(174.468)
Impostos diferidos	20.7	54.916	93.707
Participações sobre o lucro	-	(61.072)	(43.069)
Resultado líquido		994.181	1.296.667
Quantidade de ações em circulação		96.823.223	88.493.240
Resultado líquido por lote de mil ações		10,27	14,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019	3.049.208	(39.913)	91.030	3.015.690	3.106.720	16.232	(361.053)	-	5.771.194
Aumento de capital com reserva legal e parte da reserva para a expansão dos negócios sociais, conforme AGOE de 28/03/2019	100.000	-	(91.030)	(8.970)	(100.000)	-	-	-	-
Aumento de capital com JCP, conforme AGO do dia 26/06/2019	68.000	-	-	-	-	-	-	-	68.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.582)	-	-	(4.582)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.296.667	1.296.667
Proposta da destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	64.833	-	64.833	-	-	(64.833)	-
Reserva estatutária	-	-	-	671.834	671.834	-	-	(671.834)	-
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,95 (em reais) por ação ON e R\$1,04 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 25/03/2019	-	-	-	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
Dividendos intercalares, sendo R\$1,95 (em reais) por ação ON e R\$2,15 (em reais) por ação PN, conforme RCA do dia 25/03/2019	-	-	-	-	-	-	-	(175.000)	(175.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,89 (em reais) por ação ON e R\$0,98 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 26/06/2019	-	-	-	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,88 (em reais) por ação ON e R\$0,97 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 26/09/2019	-	-	-	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Dividendos intercalares, sendo R\$0,55 (em reais) por ação ON e R\$0,61 (em reais) por ação PN, conforme RCA do dia 11/11/2019	-	-	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,99 (em reais) por ação ON e R\$1,09 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 13/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31/12/2019	3.217.208	(39.913)	64.833	3.678.554	3.743.387	11.650	(361.053)	-	6.571.279
Aumento de capital com parte da reserva para a expansão dos negócios sociais, conforme AGOE de 30/04/2020	526.178	-	-	(526.178)	(526.178)	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$655.000, conforme AGE do dia 27/08/2020, à razão de R\$78,63 (em reais) por ação	655.000	-	-	-	-	-	-	-	655.000
Deságio em transação de capital	-	(46.000)	-	-	-	-	-	-	(46.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(61.687)	-	-	(61.687)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(135)	(135)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	994.181	994.181
Proposta da destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	49.702	-	49.702	-	-	(49.702)	-
Reserva estatutária	-	-	-	208.348	208.				

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)			
	Notas	2020	2019
Resultado líquido do exercício		994.181	1.296.667
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	21	(12.302)	553
Efeitos fiscais	21	4.921	(219)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	5.2	(48.255)	(1.798)
Efeitos fiscais	21	19.302	717
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	(25.353)	(3.835)
Componentes do resultado abrangente		(61.687)	(4.582)
Resultado abrangente do exercício		932.494	1.292.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, parte, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros (SALIC) com 59,29% de ações ordinárias e 61,90% de ações preferenciais, com participação total de 59,95%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 40,05% de participação direta e 59,95% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), que detém 52,05% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 26,57% de participação total, e publicou em 25 de fevereiro de 2021 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). 1.1. **Análise de impactos trazidos pela COVID-19:** A Companhia, durante todo ano de 2020, acompanhou e segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores para buscar minimizar os impactos para a sociedade. Praticamente toda a equipe da Companhia, incluindo executivos, gestores e demais funcionários, segue trabalhando em regime domiciliar, com todos os processos operacionais em pleno funcionamento. Adicionalmente, a Companhia segue evoluindo no desenho de seu plano de retomada, monitorando de perto o cenário em todas as regiões e seguindo as recomendações de especialistas em saúde e segurança para planejar com cautela a retomada às estruturas físicas da Companhia. A proliferação da COVID-19 no Brasil, após sinais de retração no terceiro trimestre, voltou a apresentar uma curva de crescimento no quarto trimestre de 2020, continuando sua evolução incerta e dependente das ações das entidades governamentais e da população de cada região. Considerando a manutenção do cenário de incerteza, em relação ao impacto e duração da pandemia, o foco da Companhia permanece na manutenção do atendimento de qualidade a todos os seus beneficiários, corretores, colaboradores e prestadores. A Companhia mantém o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e vem adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. Com o mesmo intuito, a Companhia adotou os seguintes benefícios oferecidos pelo Governo Federal em 2020: a) Postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio relativas tanto às contribuições sociais destinadas ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), assim como das contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), parcela empresa, de que trata o art. nº 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ambas em estrita obediência ao disposto pela Portaria ME nº 139/2020, alterada pela Portaria nº 150/2020, das quais foram recolhidas em agosto as vencidas em março, e as de competência de abril e maio, recolhidas nos meses outubro e novembro, respectivamente. b) Postergação dos vencimentos dos depósitos referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de titularidade dos colaboradores da Sul América relativos às competências de março, abril e maio, conforme estabelecido pela MP nº 927 de 22 de março de 2020, que foram realizados em 6 parcelas fixas com vencimento no dia 07 de cada mês, tendo iniciado em julho de 2020 e com término em dezembro de 2020. c) Redução das alíquotas das contribuições destinadas aos serviços sociais autônomos, coloquialmente veiculados como "Sistema S" para o período compreendido entre os meses de abril a junho de 2020, conforme permitido pela MP nº 932, de 31 de março de 2020. A Companhia suspendeu espontaneamente, por 90/60/30 dias para os contratos com aniversário em maio, junho e julho, respectivamente, a aplicação do reajuste anual das mensalidades dos planos médico-hospitalares coletivos por adesão e de pequenas e médias empresas com até 29 vidas cobertas. O reajuste anual de competência de agosto de 2020, para 29 planos médico-hospitalares coletivos por adesão e de pequenas e médias empresas com até 29 vidas cobertas, foi cobrado pela Sul América normalmente. Para os planos individuais não foi aplicado o reajuste em agosto de 2020, pois a ANS não havia divulgado os percentuais máximos de reajuste permitidos. Em agosto de 2020, a ANS determinou a suspensão nos meses de setembro a dezembro de 2020 dos reajustes anual e por faixa etária para todos os planos de saúde, permanecendo, porém, seu reconhecimento contábil por competência. A determinação de suspensão não atingiu os planos exclusivamente odontológicos nem os planos pós pagamento. Na segunda quinzena de novembro de 2020 a ANS determinou que os reajustes anuais e por faixa etária suspensos fossem diluídos por 12 meses e cobrados ao longo de 2021 em parcelas iguais e sucessivas. E ainda, divulgou os reajustes máximos para os planos individuais, que foram reconhecidos contabilmente pela Sul América a partir desta data, sendo sua recomposição também em 12 parcelas conforme determinação do regulador. Para os planos individuais Pré-Lei, autorizou o reajuste de 9,26% retroativo a julho de 2020 e aos planos Pós-Lei e os adaptados a ela o reajuste alcançou 8,14% retroativo a maio de 2020. A Companhia deu início a aplicação da cobrança dos reajustes suspensos por liberalidade e os determinados pela ANS em janeiro de 2021, e ainda, a fim de conferir total transparência, disponibilizou aos contratantes um demonstrativo financeiro evidenciando as suspensões e suas respectivas cobranças. Os reajustes anuais para os planos coletivos empresariais com mais de 29 vidas, com data de aniversário nos meses de setembro a dezembro de 2020, tiveram sua cobrança suspensa pela ANS em 2020, com opção dada a pessoa jurídica contratante pela não suspensão do reajuste. Na Companhia, grande parte dos contratantes preferiu manter a cobrança, restando somente a suspensão do reajuste por faixa etária, que em contratos de maior porte o prêmio é cobrado por taxa média e não há incidência deste reajuste. Até 31 de dezembro de 2020, os valores dos reajustes com cobrança suspensa espontaneamente ou por determinação da ANS, cujas contabilizações por competência continuaram a ser efetuadas, totalizam R\$528,3 milhões, registrados sob a rubrica "Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde" em contrapartida dos "Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde". A parcela não ganha do reajuste postergado, no montante aproximado de R\$30,2 milhões, encontra-se contabilizada no passivo nas "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde". No ano de 2020, os resultados financeiros da Companhia foram impactados por conta da política de redução da taxa básica de juros da economia pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SE-LIC) em 2,5 p.p. no período objetivando, principalmente, mitigar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. Outro ponto a destacar refere-se às perdas financeiras não realizadas nos fundos de renda fixa, em função da marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Estes ativos sofreram redução em seu valor justo em função da baixa demanda por ativos indexados à SELIC, especialmente no período de setembro a novembro, porém desde então os preços destes ativos vêm se recuperando gradualmente. A Companhia manteve adequada sua gestão de liquidez durante todo o ano de 2020, o que possibilitou a manutenção dos ativos de renda variável e das LFTs no seu portfólio, se beneficiando assim da recuperação dos preços destes ativos observada no final do ano. A volatilidade do período continua sendo monitorada e administrada pelas métricas de risco utilizadas pela Companhia. A administração se mantém focada na gestão do resultado financeiro por meio de escolha criteriosa de seus investimentos e diversificação de seu portfólio. No segmento de Saúde e Odontologia, linha de negócios da Companhia e da investida direta Sul América Odontológico S.A. (SULAODONTO), mesmo considerando o cenário econômico mais desafiador no contexto da pandemia, a Companhia e a investida apresentaram crescimento em prêmios emitidos e número de beneficiários, ainda que em patamar inferior ao ano anterior. Em particular, o quarto trimestre já apresentou uma recuperação significativa nos índices de cancelamento, se aproximando aos níveis de normalidade do período pré-pandemia. A sinistralidade de Saúde e Odontologia fechou o ano de 2020 abaixo do período anterior em 2,0 p.p., influenciada principalmente pela forte queda na frequência média para todos os procedimentos no segundo trimestre, mantendo-se ainda abaixo do patamar pré-pandemia no terceiro trimestre, mas já apresentando um crescimento nas frequências dos procedimentos eletivos (internações, consultas e exames), e também em ritmo menos acelerado, para os procedimentos de pronto socorro e internações de urgência. No quarto trimestre, o crescimento nas frequências se intensificou, quando se aproximaram aos níveis normais pré-pandemia. Por outro lado, o atendimento aos segurados infectados pela COVID-19 traz alguns impactos em custos como evolução das internações por maior quantidade de dias, internações em unidades de terapia intensiva, inclusão de exames extras no rol de procedimentos da ANS e maior necessidade de EPIs. Tais impactos vinham apresentando queda nas investidas do segmento de saúde no terceiro trimestre e voltaram a crescer, principalmente em dezembro de 2020, em função da 2ª onda da pandemia. Considerando a parceria que temos com nossos prestadores da área de saúde, e em resposta à redução de frequência de utilização de serviços que parte de nossos prestadores enfrentaram em parte do ano, adiantamos aos prestadores selecionados um montante total aproximado de R\$279,2 milhões até dezembro de 2020, dos quais o montante de R\$264 milhões já foi compensado. O saldo remanescente continuará sendo compensado com a liquidação de serviços de assistências futuras. Na investida indireta Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (SULASEG), o ano de 2020 foi impactado principalmente pela redução de 26,7% nas emissões de seguro viagem, em função das restrições de locomoção trazidas pela atual situação de pandemia. Adicionalmente, no segundo trimestre, a investida decidiu cobrir sinistros de morte decorrentes da COVID-19. Em função de tal decisão, até 31 de dezembro de 2020, foram regulados 861 sinistros potencialmente vinculados à

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)		
	2020	2019
Atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	17.927.579	17.251.143
Resgate de aplicações financeiras	13.009.596	11.030.932
Recebimento de juros de aplicações financeiras	453.811	135.231
Outros recebimentos operacionais	22.654	104.679
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(13.519.487)	(13.512.937)
Pagamento de comissões	(1.194.190)	(1.238.641)
Pagamento de pessoal	(548.703)	(479.470)
Pagamentos de serviços de terceiros	(272.062)	(217.998)
Pagamento de tributos	(977.636)	(605.929)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(50.295)	(109.777)
Pagamento de aluguel	(30.133)	(28.810)
Pagamento de promoção/publicidade	(62.669)	(63.708)
Aplicações financeiras	(13.363.430)	(11.203.737)
Outros pagamentos operacionais	(288.950)	(368.680)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.106.085	692.298
Atividades de investimento		
Recebimento de venda de ativo imobilizado -		
Outros	5.101	603
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	102.895	87.328
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado -		
Outros	(29.175)	(29.525)
Pagamento relativo ao ativo intangível	(135.121)	(59.929)
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(975.827)	(260.000)
Outros pagamentos das atividades de investimento	-	(2.751)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.032.127)	(264.274)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	655.000	-
Pagamento de Juros - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(128)	(495)
Pagamento de amortização - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(791)	(3.492)
Pagamento de participação nos resultados	(690.997)	(441.750)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(36.916)	(445.737)
Varição de caixa e equivalente de caixa	37.042	(17.713)
Caixa - Saldo inicial	2.470	20.183
Caixa - Saldo final	39.512	2.470
Ativos livres no início do período	2.554.426	2.444.419
Ativos livres no final do período	1.836.949	2.554.426
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	(717.477)	110.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

morte por COVID-19 que representam R\$36,3 milhões de impacto em despesas de sinistros, cuja recuperação potencial por meio de resseguro é de aproximadamente R\$6,8 milhões. A Companhia continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos. Como uma empresa especializada em gestão de risco, a Companhia vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade pela qual é reconhecida. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 435, emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/03/2021. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidas (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registradas na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. **Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis", são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. **Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. 3.7. **Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no con-

trato. 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 5 anos. Conclui-se, a partir deste estudo, que esses créditos tributários serão consumidos em até 2 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão de sinistro a liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,71% ao ano (10,74% em 2019), baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou pela SELIC e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.3. **Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. 3.9.4. **Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. 3.10. **Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Seguindo a exigência da RN nº 435/2018, realizamos o Teste de Adequação de Passivo, para as demonstrações financeiras do exercício de 2020. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual; (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas; (iii) coletiva por adesão; e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábuas BR-EMS 2015 e para as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para todos os grupamentos, o resultado do LAT demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. 3.11. **Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia. 3.11.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e do grau de risco (provável, possível ou remoto), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo. Portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,71% ao ano (10,74% em 2019). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.11.2. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.12. **Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 13.2). 3.13. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.14. **Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.15. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e os

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 15).

3.16. Normas e interpretações novas e revisadas:

3.16.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e/ou revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios); • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8); • Alteração de referências da estrutura conceitual nas Normas IFRS; e • Concessões de aluguel relacionado à COVID-19 (Alteração ao IFRS 16) – Em vigor a partir de 01/06/2020. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2020 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023 – A ANS ainda não aprovou este normativo, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por essa autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da SulAmérica ou não são aplicáveis às suas operações. • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (Alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos onerosos - Custo de cumprir um contrato (Alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS.

4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Concentração das operações: Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2020, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios retidos de R\$18.367.912 (R\$17.334.657 em 2019), compreendidas nas seguintes proporções:

UF	Representatividade	
	2020	2019
SP	64,95%	66,44%
RJ	13,45%	12,69%
BA	4,87%	4,99%
PE	5,41%	5,37%
DF	2,44%	2,24%
AM	0,41%	0,39%
SC	0,49%	0,42%
SE	0,15%	0,14%
MG	1,72%	1,62%
Outros	6,11%	5,70%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos.

4.2.1. Risco de precificação: Atualmente a SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises e de suportar a tomada de decisão sobre investimentos em produtos, baseada em riscos, a SulAmérica possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP). O PARP é um procedimento multidisciplinar no qual as áreas de apoio e negócios, contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para a análise de viabilidade do produto, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos. Contribuem como pareceristas deste processo as áreas atuarial, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, prevenção à fraude, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em saúde:** As análises de sensibilidade a

seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

Premissas	2020	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(707.720)	(424.632)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(12.064)	(7.239)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(59.923)	(35.954)
Redução de 5% na sinistralidade	707.720	424.632
Redução de 5% nas despesas administrativas	12.064	7.239
Redução de 5% nos custos de aquisição	59.923	35.954

Premissas	2019	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(685.462)	(411.277)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(11.004)	(6.603)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(54.633)	(32.780)
Redução de 5% na sinistralidade	685.462	411.277
Redução de 5% nas despesas administrativas	11.004	6.603
Redução de 5% nos custos de aquisição	54.633	32.780

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor do resultado realizado. A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior.

4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas.

4.3. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de

Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos – ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2020 e 2019.

Indexador	2020	2019
SELIC/CDI	4.208.866	5.196.953
IPCA	48.371	72.126
Pré-fixado	931.002	–
Ações	239.735	155.137
Outros (a)	1.435	26.897
Total	5.429.409	5.451.113

(a) A categoria "Outros" apresentada em 31/12/2020 e 2019, é composta, basicamente, por fundos de investimento de renda fixa.

4.3.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias da caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2020 e 2019.

Descrição	2020									
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	1.606.748	880.586	623.246	1.585.574	778.215	–	5.474.369	5.429.409	(44.960)	5.429.409
Valor justo por meio do resultado	1.606.748	26.964	2.689	37.580	9.313	–	1.683.294	1.683.012	(282)	1.683.012
Disponível para venda	–	853.622	620.557	1.547.994	768.902	–	3.791.075	3.746.397	(44.678)	3.746.397
Prêmios a receber (a)	–	143.551	–	–	–	–	143.551	–	–	143.551
Refinanciamento fiscal – REFIS	–	6.031	4.243	2.406	–	–	12.680	–	–	12.680
Provisões técnicas	–	3.989.277	22.696	28.299	21.400	10.446	–	–	–	4.072.118

Descrição	2019									
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	1.714.846	743.712	789.022	1.491.312	708.645	–	5.447.537	5.451.113	3.576	5.451.113
Valor justo por meio do resultado	1.714.846	441	–	–	–	–	1.715.287	1.715.287	–	1.715.287
Disponível para venda	–	743.271	789.022	1.491.312	708.645	–	3.732.250	3.735.826	3.576	3.735.826
Prêmios a receber (a)	–	133.498	–	–	–	–	133.498	–	–	133.498
Refinanciamento fiscal – REFIS	–	5.198	4.028	4.318	–	–	13.544	–	–	13.544
Provisões técnicas	–	3.248.889	20.525	27.725	13.886	3.075	–	–	–	3.314.100

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.4. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1.1).

4.4.1. Alocação dos investimentos: A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2020 86,79% (83,47% em 2019) alocados em títulos do governo (risco soberano) em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa pública "risco soberano"	4.103.027	75,7%	3.953.484	72,5%
AAA (a)	609.412	11,2%	596.395	11,0%
AA+ até AA-	70.957	1,3%	73.746	1,4%
Outros	646.013	11,8%	827.488	15,1%
Total	5.429.409	100,0%	5.451.113	100,0%

(a) AAA refere-se a categoria com o menor grau de risco e AA- a categoria com maior grau de riscos.

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

Ramos	2020	
	Valor	%
Saúde	21.660	100,00%
Odonto	10	0,46%
Total	21.670	100,00%

2020

Classe	2020	
	Categoria de risco	Exposição
Local	Level 1	21.670
Total	21.670	100,00%

Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco. Ressegurador local: Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. Ressegurador admitido: Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Ressegurador eventual: Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão.

4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Além disso, a área de Controles

Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido, avaliação da necessidade de capital frente aos riscos assumidos pela Companhia e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Dessa forma, a Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2020 e 2019, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Em março/2020, a Companhia aderiu antecipadamente à metodologia de Capital Baseado em Risco, nova regra de capital regulatório em desenvolvimento pela ANS definida na Resolução Normativa 451/2020, que substituirá a Margem de Solvência obrigatoriamente a partir de janeiro/2023. Ressalta-se que esta adoção antecipada é facultativa às Companhias reguladas pela ANS. Os critérios de apuração definidos pela adesão à norma supracitada encontram-se na tabela a seguir. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para os principais riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

Descrição	2020	2019
Patrimônio líquido	7.376.642	6.571.277
Adições		
Obrigações legais	–	13.516
Deduções		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial	(1.895.844)	(1.329.939)
Créditos tributários	(1.910)	–
Despesas de comercialização diferida	(963.765)	(963.639)
Despesas antecipadas	(12.599)	(2.984)
Intangível	(235.660)	(142.539)
Patrimônio mínimo ajustado	4.266.864	4.145.692
Solvência (a)	3.989.560	3.873.576
Suficiência (a)	277.304	272.116

(a) Com base na Resolução Normativa nº 451/2020, o capital regulatório corresponde ao valor máximo entre: a Margem de Solvência com diferimento de março/2020; 75% da Margem de Solvência; e o Capital Baseado em Risco (CBR).

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	2020				Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	721.578	680.370		680.370
Debêntures	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI +	-	-	75.925	75.147	CDI + 1,57% a.a.	75.147
Pós-fixado CDI %	-	-	178.763	174.971	109,92% CDI	174.971
Letras financeiras	-	-	461.032	424.397	113,22% CDI	424.397
Notas promissórias	-	-	5.858	5.855	106,00% CDI	5.855
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	3.069.497	3.066.027		3.066.027
Letras financeiras do tesouro	-	-	2.099.534	2.086.654	SELIC	2.086.654
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-		-
Pré-fixado	-	-	824.678	829.510	3,34% a.a.	829.510
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-		-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	44.879	48.371	IPCA + 5,00% a.a.	48.371
Série F - Pré-fixado	-	-	100.406	101.492	4,33% a.a.	101.492
Cotas de fundos de investimentos	1.683.294	1.683.012	-	-		1.683.012
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	1.390.857	1.390.857	-	-		1.390.857
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	292.437	292.155	-	-		292.155
Letras financeiras do tesouro	63.376	63.094	-	-		63.094
Operações compromissadas	13.170	13.170	-	-	SELIC	13.170
Cotas de fundos exclusivos em ações	89.203	89.203	-	-		89.203
Outros	(260)	(260)	-	-		(260)
Cotas de fundos em ações	126.948	126.948	-	-		126.948
Subtotal	1.683.294	1.683.012	3.791.075	3.746.397		5.429.409
Percentual total - contábil		31,00%		69,00%		100,00%
Total						5.429.409
Circulante						5.429.409

5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2019	2.031.128	3.046.261	5.077.389
Aplicações	9.243.689	1.960.048	11.203.737
Rendimentos resgate	(76.320)	(58.911)	(135.231)
Principal resgate	(9.620.777)	(1.410.155)	(11.030.932)
Resultado financeiro	141.415	200.381	341.796
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(3.848)	-	(3.848)
Ajustes no patrimônio líquido	-	(1.798)	(1.798)
Saldo em 31/12/2019	1.715.287	3.735.826	5.451.113

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2019	1.715.287	3.735.826	5.451.113
Aplicações	11.104.823	2.258.607	13.363.430
Rendimentos resgate	(57.559)	(396.252)	(453.811)
Principal resgate	(11.095.057)	(1.914.539)	(13.009.596)
Resultado financeiro	15.518	111.087	126.605
Ajustes no patrimônio líquido	-	(48.255)	(48.255)
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	-	(77)	(77)
Saldo em 31/12/2020	1.683.012	3.746.397	5.429.409

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas abaixo apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e da metodologia DV01.

Fatores de risco	2020	
	VaR 95% DV01=0,01%	Total
Juros nominal	1.985	154
Juros real	105	8
Renda variável	4.680	2.348
Outros	1.552	737
Efeito da diversificação	(3.304)	-
Total	5.018	3.247

Os ativos referenciados às taxas CDI e SELIC não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). 5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os padrões de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	2020		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado	76.264	1.606.748	1.683.012
Disponível para venda	3.066.028	680.369	3.746.397
Total	3.142.292	2.287.117	5.429.409

10. Participações societárias:

	SANTA CRUZ (1)	SULA MED (2)	SULA SEG (3)	SULA SAMI (4)	SULA ODONTO (5)	SULA SAGA (6)	TOTAL
	Saldo em 01/01/2019	1.365.166	346.720	343.478	58.547	92.413	2.543
Aumento de capital (b)	-	25.914	-	100.000	143.249	-	269.163
Dividendos e juros sobre capital próprio	(20.704)	(5.506)	(25.990)	(27.337)	(2.743)	(3.137)	(85.417)
Equivalência patrimonial (a)	87938	23.182	57280	34.084	13.228	3.370	219.082
Ajustes de avaliação patrimonial	(9.841)	152	5.836	2	16	-	(3.835)
Saldo em 31/12/2019	1.422.559	390.462	380.604	165.296	246.163	2.776	2.607.860
Aumento de capital (b)	265.027	445.506	270.800	-	-	-	981.333
Dividendos obrigatórios	-	(6.043)	-	(4.814)	-	-	(10.857)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(24.285)	-	(2.528)	(26.813)
Dividendos - Intermediários	-	-	(15.000)	-	(27.000)	(1.699)	(43.699)
Deságio em transações de capital	(46.000)	-	-	-	-	-	(46.000)
Equivalência patrimonial (a)	(22.561)	25.580	(14.804)	22.065	14.684	3.048	28.012
Ajustes de avaliação patrimonial	(24.308)	(415)	(250)	(380)	-	-	(25.353)
Outros ajustes	-	(135)	-	-	-	-	(135)
Saldo em 31/12/2020	1.594.717	854.955	621.350	157.882	233.847	1.597	3.464.348

Descrição	2019				Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	670.928	670.141		670.141
Debêntures	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI +	-	-	202.651	201.008	108,41% CDI	201.008
Pós-fixado CDI %	-	-	462.586	463.440	112,26% CDI	463.440
Letras financeiras	-	-	5.691	5.693	106,00% CDI	5.693
Notas promissórias	-	-	-	-		-
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	3.061.322	3.065.685		

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

(a) No exercício findo em 31/12/2020, a equivalência patrimonial de R\$28.012 (R\$219.082 em 2019), está registrada na rubrica "Resultado patrimonial" que contempla também, outras despesas líquidas de receitas em R\$137 (R\$17 outras receitas líquidas de despesas em 2019); e (b) Em 28/09/2020, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ em R\$255.014, em dinheiro, com a emissão de 3.035 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$84.032,70 (reais) por ação. Em 28/10/2020, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ em R\$10.013, em dinheiro, com a emissão de 127 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$78.842,91 (reais) por ação. Em 28/05/2020, a Companhia aumentou o capital da SULASEG em R\$10.000, em dinheiro, com a emissão de 868.830 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,51 (reais) por ação. Em 26/06/2020, a Companhia aumentou o capital da SULASEG, em R\$20.000, em dinheiro, com a emissão de 1.742.546 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,48 (reais) por ação. Em 31/07/2020, a Companhia aumentou o capital da SULASEG em R\$40.000, em dinheiro, com a emissão de 3.484.123 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,48 (reais) por ação. Em 28/09/2020, a Companhia aumentou o capital da SULASEG em R\$70.000, em dinheiro, com a emissão de 6.310.245 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,09 (reais) por ação. Em 30/11/2020 a Companhia aumentou o capital da SULASEG em R\$130.800, em dinheiro, com a emissão de 11.537.811 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,34 (reais) por ação. Em 30/04/2020, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$5.506 com dividendos mínimos obrigatórios, com emissão de 795.780.356 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0069 (reais) por ação. Em 27/08/2020, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$400.000, em dinheiro, com a emissão de 12.110.347.917 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,033 (reais) por ação. Em 26/11/2020, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$40.000, em dinheiro, com a emissão de 1.204.276.301 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,033 (reais) por ação. Em 28/03/2019, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$25.914, sendo R\$20.000 em dinheiro e R\$5.914 com dividendos obrigatórios a receber, com a emissão de 857.369.565 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,03 (reais) por ação. Em 28/03/2019, a Companhia aumentou o capital da SULAODONTO em R\$3.249 com dividendos obrigatórios a receber, com a emissão de 1.367.024 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,38 (reais) por ação. Em 26/04/2019, a Companhia aumentou o capital da SULAODONTO em R\$140.000, em dinheiro, com a emissão de 58.168.901 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,41 (reais) por ação. Em 24/07/2019, a Companhia aumentou o capital da SAMI em R\$100.000, em dinheiro, com a emissão de 29.082.722 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,44 (reais) por ação.

Legenda	Empresas	Principal atividade
(1)	Sul América Santa Cruz Participações S.A. - (SANTA CRUZ)	Participação
(2)	Sul América Serviços de Saúde S.A. - (SULAMED)	Operadora de Planos de Saúde
(3)	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - (SULASEG)	Seguradora
(4)	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - (SAMI)	Gestão de Recursos de Terceiros
(5)	Sul América Odontológico S.A. - (SULODONTO)	Operadora de Planos de Saúde Odontológico
(6)	Sul América Investimento Gestora de Recursos S.A. - (SAGA)	Gestão de Recursos de Terceiros

11. Intangível:

Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	
Custo (a)	
Saldo em 01/01/2019	192.124
Adição	60.861
Saldo em 31/12/2019	252.985
Amortização Acumulada	
Saldo em 01/01/2019	(78.087)
Amortização	(32.359)
Saldo em 31/12/2019	(110.446)
Saldo residual em 31/12/2019	142.539
Vida útil estimada	5 a 10 anos

(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.

Ramo	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos		Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		Provisão para sinistros		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Saúde							
individual	98.812	314.839	250.942	2.968	6.666	5.607	667.561
Saúde grupal	337.610	1.673.114	1.314.531	57.685	3.382.940	19.957	3.382.940
Odontológico	3.724	12.066	5.827	-	21.617	18.633	21.617
Total	440.146	2.000.019	1.571.300	60.653	4.072.118	4.072.118	4.072.118
Circulante	440.146	1.945.309	1.571.300	32.525	3.989.277	3.989.277	3.989.277
Não circulante	-	54.713	-	28.128	82.841	82.841	82.841

12.1. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR		Provisão para remissão		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Saldo em 01/01/2019	378.072	2.599.834	53.323	53.323	-	-	53.323
Emissões	18.578.273	-	-	-	-	-	-
Avisados/ alterações	-	14.077.647	(286)	-	-	-	(286)
Pagamentos/ cancelamentos/baixas	(1.206.744)	(13.706.066)	(2.956)	-	-	-	(2.956)
Prêmios ganhos	(17.334.658)	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária/ juros	-	-	5.844	3.058	-	-	8.902
Varição do IBNR	-	(131.241)	-	-	-	-	(131.241)
Saldo em 31/12/2019	414.943	2.846.018	53.139	53.139	-	-	3.314.100
Circulante	414.943	2.846.018	53.139	53.139	-	-	3.248.889
Não circulante	-	-	-	-	-	-	65.211

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativos ao ramo de saúde. Em 31/12/2020 e 2019, a posição de sinistros em disputa judicial foi a seguinte:

	Saúde 2020		Saúde 2019	
	Quantidade	Valor de abertura	Quantidade	Valor de abertura
Até 02 Anos	4.126	2.961	3.701	4.468
02 a 05 Anos	2.094	20.928	25.708	1.728
05 a 10 Anos	707	13.982	18.590	612
Mais de 10 Anos	132	8.488	10.715	91
Total	7.059	46.359	58.714	6.899

Em 31/12/2020, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$647 (R\$4.065 em 2019).

12.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

	2020	2019
Provisões técnicas de seguros	4.072.118	3.314.100
(-) Depósitos judiciais	40.611	38.883
(-) PPCNG (a)	440.146	414.943
Montante a ser garantido	3.591.361	2.860.274
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	295.638	213.678
Títulos de renda fixa - públicos	2.935.474	2.822.323
Títulos de renda fixa - privados	639.314	655.656
Total de ativos	3.870.426	3.691.657
Ativos vinculados em excesso	279.065	831.383

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015.

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2020	2019	2020	2019				2020	2019	2020	2019
Sul América S.A. (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	25.260	20.485	Sul América S.A. (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	6	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora indireta	Sul América S.A.	3.458	1.238	-	-	Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	6	4	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (c) (d) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4.934	8.147	378	349	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (m)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	441	435	(4.195)	(3.710)
Sul América Gestora de Recursos S.A. (c) (d) (g)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	5	844	462	426	Sul América Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4	73	(5.127)	(4.714)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e) (k) (m)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.012	2.310	533	-	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (e) (f) (k)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.610	1.613	(4.624)	(9.483)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (c)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	3	1.484	2.333	2.180	Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	2.032	10	(3.150)	(3.259)
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	20.704	-	-	Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (f) (j)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	860	886	(29.136)	(16.967)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (j)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	11.081	8.038	11.763	-	Sul América Odontológico S.A. (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.387	1.352	-	-
Sul América Odontológico S.A. (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	348	3.166	-	-	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	13	12	-	(5)
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (c)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	26	282	-	Prodent - Assistencia Odontologica Ltda (d) (f)	Controlada Indireta	Sul América Odontológico S.A.	318	-	-	-
Prodent - Assistencia Odontologica Ltda (c)	Controlada Indireta	Sul América Odontológico S.A.	6	-	10	-	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (d) (i)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	428	-	(12.720)	(1.402)
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (d) (i) (j)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	48	-	2.401	223	Sharecare Brasil Serviços de Consultoria LTDA (i) (l)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	4.421	3.504	(72.811)	(85.211)
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria LTDA (i)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	-	-	5.203	11.065	Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (j)	Coligada	Outros	1.489	-	-	-
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (h) (m)	Outros	Outros	-	-	480	755	Sul América Seguros Automóveis e Massificados S.A. (d)	Outros	Outros	210	-	(17)	-
Total			20.895	45.957	49.105	35.483	Total			14.156	8.777	(134.975)	(132.049)

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (d) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo Sul América; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente à 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (j) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (k) Valor referente à operação de seguro viagem adquirido pela Companhia; (l) Valor referente ao seguro saúde e vida dos funcionários da Companhia contratado junto a empresas do grupo; e (m) Valores referentes às operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração, familiares e suas respectivas companhias. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, em 2020 e 2019, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2020	2019	2020	2019
SASA	-	-	262.658	151.532
SALIC	-	-	428.338	290.218
SAMI	32.380	25.655	-	-
SULASEG	15.000	40.000	-	-
SANTA CRUZ	20.704	18.612	-	-
SULAODONTO	29.743	-	-	-
SAGA	5.068	3.061	-	-
Total	102.895	87.328	690.996	441.750

13.2. Remuneração da Administração: A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós emprego		Incentivo de ações (a)		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Contas a pagar							
2020	40.581	-	25.249	65.830	-	-	65.830
2019	33.676	-	20.070	53.746	-	-	53.746
Despesas							
2020	(66.284)	(1.088)	(8.103)	(75.475)	-	-	(141.867)
2019	(46.893)	(860)	(2.816)	(50.569)	-	-	(90.278)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12). 14. Compromissos e ônus a liquidar: 14.1. Recursos bloqueados: Em 31/12/2020, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$20.126 registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo não circulante. Em 2019, este saldo estava registrado na rubrica "Bens e títulos a receber", no ativo circulante. 14.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. 14.3. Contrato de aluguel - São Paulo: Em 04/07/2013, a Companhia assinou contrato de locação para a nova sede da Sul América em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a Companhia se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$1.833, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo a ela um percentual

de 78,1% sobre este montante, sendo o restante de responsabilidade das demais. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2020, corresponde a R\$17.585 (R\$15.675 em 2019). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindir unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 15. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2020 e 2019, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 15.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2020	2019
Fiscais:		
COFINS	435.049	428.017
PIS	136.070	133.848
Contribuição social	461.738	453.328
Imposto de renda	72.678	71.566
Outros	7.983	7.840
Subtotal	1.113.518	1.094.599
Previdenciárias:		
INSS	55.714	54.726
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	6.033	9.347
Ações cíveis	297.899	322.618
Subtotal	303.932	331.965
Total	1.473.164	1.481.290

15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2019		Atualização monetária		Pagamentos/ baixas		Saldos em 31/12/2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Cíveis e trabalhistas:								
Cíveis	229.829	123.850	31.537	(132.169)	253.047	-	253.047	-
Trabalhistas	9.361	7.717	774	(4.296)	13.556	-	13.556	-
Honorários	24.							

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteu a provisão relativa a esta parcela, no montante de R\$21.624 e aguarda o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo realizado depósitos judiciais até dezembro de 2019. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a contribuição social sobre o lucro líquido passaram a ser inadmissíveis para fins de dedução na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Nestes termos os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade. Os depósitos relativos a ação 9700121585 foram convertidos em renda e baixados no mês de dezembro de 2018. O valor baixado foi de R\$48.027. Os depósitos relativos às ações 9700035425 e 9700051790 foram convertidos em renda e baixados nos meses de outubro e dezembro de 2019, respectivamente. O montante baixado foi de R\$6.477. A Companhia ainda aguarda a conversão em renda do processo de uma de suas incorporadas. **CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a Contribuição Social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado em sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. A Companhia teve conversão em renda a favor da União dos valores depositados nos autos do processo 9700121291, onde se discutia a majoração da alíquota da CSLL em 10%, instituída pela Lei nº 9.316/1996, no montante de R\$22.784. Ainda em relação a esta mesma ação, teve a conversão em renda do saldo remanescente dos valores depositados no montante de R\$830 em novembro de 2020 e aguarda decisão no processo de uma de suas companhias sucedidas em que se discute a matéria. Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. A Companhia obteve decisão desfavorável nos autos do processo em que discutia essa matéria e atualmente aguarda a conversão em renda a favor da União dos valores depositados. **15.4. Provisões judiciais:** **INSS:** A Companhia questionava e depositava judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, art. 22, da Lei nº 8.212/1991. Os advogados que patrocinam as ações reputam como provável a perda das demandas. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu pagar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos corretores de seguros e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. No mês de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. **15.5. Contingências:** Em 31/12/2020 e 2019, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2020	2019
Fiscais	64.1782	670.033
Cíveis	77.644	77.505
Trabalhistas	10.613	11.594
Total	730.039	759.132

Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$21.560 (R\$27.748 em 2019) está provisionado por se referir, basicamente, as obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$620.222 (R\$642.285 em 2019) é composta, principalmente, por: (i) autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendários 2005, 2006 e 2007; (ii) processos referentes a discussão sobre a base de cálculo de PIS e COFINS; (iii) compensações não homologadas pela Receita Federal em discussão na esfera administrativa; e (iv) auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro para cobrança de ISS sobre seguro saúde. **16. Refinanciamento fiscal - REFIS:** Em 31/12/2013, a Companhia aderiu a reabertura do REFIS, promovida pela Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O parcelamento previa o pagamento em até 30 parcelas iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$18.312, no qual está compreendido o valor de R\$5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante. Adicionalmente, em 04/2016 a Companhia realizou o pagamento da última parcela, permanecendo pendentes de conversão em renda os depósitos relativos às discussões de INSS, multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS. Os valores de CSLL e IRPJ foram integralmente quitados. Em 16/11/2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários - PRD instituído pela Medida Provisória (MP) nº 780, convertida na Lei nº 13.494/2017, com o escopo de parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$22.778, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente. No passivo circulante, as obrigações fiscais no montante de R\$768 estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" e o parcelamento das multas aplicadas pela ANS e outras obrigações cíveis no montante de R\$5.263 estão registradas na rubrica "Débitos diversos". No passivo não circulante, o parcelamento das multas aplicadas pela ANS e outras obrigações cíveis no montante de R\$6.649 estão registradas na rubrica "Débitos diversos". **17. Empréstimos e financiamentos:** Em 31/12/2020, a Companhia não possui saldo de Empréstimos e financiamentos a pagar (R\$743 em 2019).

18. Débitos diversos:

Descrição	2020	2019
Depósitos de beneficiários e de terceiros (a)	56.240	28.043
Honorários a pagar	1.295	1.269
Outras obrigações com pessoal	166.690	118.522
Aluguel a pagar	72	3.120
Fornecedores	56.191	14.804
Compromisso mobiliário	25.249	20.070
Outros débitos a pagar	75.164	54.351
Total	380.901	240.179
Circulante	372.566	238.792
Não circulante	8.335	1.387

(a) Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	Prêmio direto	Prêmio direto
De 01 a 30 dias	39.798	12.363
De 31 a 60 dias	3.411	1.828
De 61 a 120 dias	3.621	3.757
De 121 a 180 dias	2.064	2.747
De 181 a 365 dias	1.404	1.628
Acima de 365 dias	5.942	5.720
Total	56.240	28.043

19. Patrimônio líquido: **19.1. Capital social:** Em 31/12/2020, o capital social da Companhia é de R\$4.398.386 (R\$3.217.208 em 2019), representado por 96.823.223 ações (88.493.240 em 2019), sendo 72.229.199 ações ordinárias (66.675.877 em 2019) e 24.594.024 ações preferenciais (21.817.363 em 2019), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Adicionalmente em 31/12/2020 e em 2019, a Companhia possui 20.659.939 ações em tesouraria, sendo 14.172.669 ações ordinárias e 6.487.270 ações preferenciais. Em 30/04/2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$526.178, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais, em observância ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. Em 27/08/2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$655.000, com a emissão de 5.553.322 novas ações ordinárias e 2.776.661 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$78,63161514785770 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/07/2020, sendo a totalidade das ações emitidas subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. **19.2. Reserva de capital:** Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de sociedades nas quais a Companhia ou suas controladas já detém o controle. **19.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **19.4. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital

social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. **19.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **19.6. Dividendos:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. Em 19/02/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$68.496, sendo R\$0,755406872113583 por ação ordinária e R\$0,830947548977390 por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 17/03/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$50.000, sendo R\$0,55142005226268 por ação ordinária e R\$0,606562049684923 por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 30/03/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$130.000, sendo R\$1,433692135762980 por ação ordinária e R\$1,577061329547480 por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 30/04/2020, os Acionistas aprovaram em sede de Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2019, no montante de R\$307.959 e R\$201.791 para distribuição de dividendos complementares, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio declarados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25/03/2019, 26/06/2019, 26/09/2019 e 13/12/2019 e Dividendos Intercalares declarados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25/03/2019 e 11/11/2019. Em 26/11/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$237.500, sendo R\$2,392160763266940 por ação ordinária e R\$2,631376800722000 por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 26/11/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$150.000, sendo R\$1,510838376873040 por ação ordinária e R\$1,661922189715680 por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 29/12/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$100.000, sendo R\$1,007225584489730 por ação ordinária e R\$1,107948126748190 por ação preferencial, a serem pagos a partir desta data. **19.7. Distribuição do resultado:**

Descrição	2020	2019
Lucro antes dos impostos e participações	1.492.638	1.707.825
(-) Impostos e contribuições	(437.385)	(368.089)
(-) Participações	(61.072)	(43.069)
Lucro líquido do exercício	994.181	1.296.667
(+) Outros ajustes	(135)	-
Lucro líquido do exercício após ajustes	994.046	1.296.667
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(49.702)	(64.833)
Lucro líquido ajustado	944.344	1.231.834
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	236.086	307.959
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	236.086	225.000
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	199.910	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios (c)	-	82.959
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	345.000	302.291
Bruto	300.000	335.000
Imposto de renda	(45.000)	(50.250)
Saldo dos dividendos obrigatórios (d) = (a) - (b) - (c)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	208.348	671.834

20. Detalhamento das contas de resultado: **20.1. Prêmios retidos:**

Descrição	2020	2019
Assistência médico hospitalar - AMH	18.130.544	17.133.905
Assistência odontológica - AO	237.368	200.752
Total	18.367.912	17.334.657

20.2. Sinistros conhecidos ou avisados:

Descrição	2020		2019		Total
	Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)	Antes da Lei (a)	Após a Lei (a)	
	Rede contratada	Reem-bolso	Rede contra-tada	Reem-bolso	
Consultas	(73.968)	(38.009)	(925.460)	(314.810)	(1.352.247)
Exames	(167.022)	(2.428)	(1.862.787)	(80.254)	(2.112.491)
Terapias	(139.866)	(2.323)	(787.725)	(33.443)	(963.357)
Internações	(892.514)	(53.639)	(5.789.551)	(429.562)	(7.165.266)
Outros	(176.470)	(54.466)	(1.163.831)	(367.087)	(1.761.854)
Subtotal	(1.449.840)	(150.865)	(10.529.354)	(1,225.156)	(13.355.215)
SUS					(15.452)
Total					(13.370.667)
	Rede contratada	Reem-bolso	Rede contra-tada	Reem-bolso	
Consultas	(103.918)	(52.195)	(1.213.773)	(363.181)	(1.733.067)
Exames	(231.343)	(20.566)	(2.229.907)	(155.560)	(2.637.376)
Terapias	(131.961)	(2.042)	(682.149)	(20.565)	(836.717)
Internações	(895.236)	(57.630)	(5.537.184)	(398.867)	(6.888.917)
Outros	(188.564)	(55.466)	(1.134.424)	(349.526)	(1.727.980)
Subtotal	(1.551.022)	(187.899)	(10.797.437)	(1,287.699)	(13,824.050)
SUS					(19.587)
Total					(13,843.644)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998. **20.3. Outras despesas operacionais:** Em 31/12/2020, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$438.164 (R\$380.088 em 2019), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$435.474 (R\$372.084 em 2019) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$2.690 (R\$8.004 em 2019), compostos da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Despesas com operações de seguros	(439)	(1.835)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(216.714)	(156.993)
Serviços técnicos de seguros	(39.505)	(41.565)
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(78.133)	(51.643)
Despesas com cobrança de seguros	(99.942)	(109.926)
Outros	(3.431)	(18.126)
Total	(438.164)	(380.088)

20.4. Despesas de comercialização:

Descrição	2020	2019
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios	(880.938)	(813.537)
Sobre agenciamento	(316.888)	(438.629)
Variação de despesas de comercializações diferidas	(7026)	154.993
Total	(1.204.852)	(1.097.173)

20.5. Despesas administrativas:

Descrição	2020	2019
Pessoal próprio	(515.583)	(445.164)
Incentivos em ações	(8.103)	(2.816)
Serviços de terceiros	(245.412)	(194.335)
Localização e funcionamento	(111.176)	(95.804)
Publicidade e propaganda	(74.328)	(37.359)
Despesas com tributos	(23.396)	(185)
Outras	(65.836)	(90.172)
Total	(1.043.834)	(865.835)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2020	2019
Remunerações	(266.301)	(229.947)
Encargos sociais	(97.386)	(84.181)
Indenizações e rescisões	(9.596)	(13.589)
Vale alimentação, refeição e transporte	(52.074)	(45.257)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(20.715)	(17.836)
Outros benefícios	(14.642)	(15.118)
Total	(460.714)	(405.928)

20.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2020	2019
Títulos e valores mobiliários	126.605	341.796
Valor justo por meio do resultado	15.518	141.415
Disponível para venda	111.087	200.381
Operações de seguros	53.335	59.199
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(57.547)	(46.235)
Outros	(16)	7.641
Total	122.377	362.401

Receitas financeiras:

Descrição	2020	2019
Valorização de cotas de fundos de investimentos	332.862	205.722
Títulos de renda fixa - privados	199.371	177.433
Títulos de renda fixa - públicos	93.201	171.857
Operações de seguros	60.238	62.389
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	40.302	69.777
Outras	17.669	18.285
Total	743.643	605.463

Despesas financeiras:

Descrição	2020	2019
Operações de seguro	(6.903)	(3.190)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(498.829)	(113.216)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(97.849)	(116.012)
Outras	(17.685)	(10.644)
Total	(621.266)	(243.062)

20.7. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	1.492.638	1.492.638	1.707.825	1.707.825
Despesas de imposto de renda e contribuição social				

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Sul América Companhia de Seguro Saúde**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de março de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações finan-

ceiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24 de março de 2021. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6 Roberto Martorelli - Sócio - Contador CRC-1RJ106103/O-0 Marcelo Felipe L. de Sá - Sócio - Contador CRC-1RJ094644/O-0



SYNERGY S/A

CNPJ/MF nº 30.278.527/0001-43

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM:		31/12/2020	31/12/2019	Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de Vs.Sas., as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31/12/2020. Colocamo-nos à disposição de Vs.Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. A Diretoria.	
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE					
Disponibilidades		6.191,43	1.974,65		
Títulos e Valores Mobiliários		16.462.400,00	14.920.500,00		
Títulos de renda fixa		16.462.400,00	14.920.500,00		
Outros Créditos		833.729,61	11.888.009,46		
Depósitos p/ Interposição Judicial		5.377,20	5.377,20		
Créditos a receber		828.352,41	11.882.632,26		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		215.180.349,58	215.180.349,58		
Adiantamento P/ Futuro A de Capital		863.520,57	863.520,57		
Permanente		214.316.829,01	214.316.829,01		
Investimentos permanentes		214.316.829,01	214.316.829,01		
TOTAL DO ATIVO		232.482.670,62	241.990.833,69		
PASSIVO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Outras Obrigações		271,59	307,73		
Fiscais e Previdenciárias		271,59	307,73		
Notas Promissórias a pagar		-	-		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		187.481.300,00	196.965.000,00		
Recursos de Debêntures		187.481.300,00	196.965.000,00		
Captação em Debêntures		187.481.300,00	196.965.000,00		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.001.099,03	45.025.525,96		
Capital Social		27.070.140,00	27.070.140,00		
Reservas de Capital		3.692.745,34	3.692.745,34		
Reserva Legal		2.408,08	2.408,08		
Reservas de Lucros a Realizar		11.438,37	11.438,37		
Reservas de Lucros		14.224.367,24	14.248.794,17		
TOTAL DO PASSIVO		232.482.670,62	241.990.833,69		
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e de 2019. 1. Apresentação das Demonstrações e Principais Diretrizes Contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis. 2.1. Apreciação do Resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. 2.2. Títulos e Valores Mobiliários: São representados pelas aplicações financeiras de liquidez					

SYNERGY S/A

CNPJ/MF nº 30.278.527/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM:		31/12/2020	31/12/2019	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:		
RECEITAS OPERACIONAIS						
Rendas de Títulos de Renda Fixa		5,74	6,38	Das Atividades Operacionais:		
Rendas de Títulos de Renda Variável		12.551,40	2.312,10	Prejuízo líquido do exercício	(24.426,93)	
Receitas de Aluguéis		3.738,00	3.738,00	(Aumento) Redução - dos Títulos e Valores Mobiliários	(1.541.900,00)	
DESPESAS OPERACIONAIS		(40.722,07)	(40.560,81)	Aumento (Redução) - Outros Créditos	11.054.279,85	
Despesas de Pessoal		(11.675,08)	(12.261,08)	Aumento (Redução) - Recursos de debêntures	(9.483.700,00)	
Despesas de Publicações		(14.762,88)	(13.891,43)	Aumento (Redução) - Fiscais e previdenciárias	(36,14)	
Desp. de Serv. Técnico Especializado		(2.089,00)	(2.919,00)	Aumento (Redução) - Notas Promissórias a pagar	-	
Despesas Tributárias		(445,89)	(257,65)	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	4.216,78	
Outras Despesas Administrativas		(1.266,80)	(1.153,95)	Das Atividades de Investimentos:		
Outras Despesas Operacionais		(359,02)	(373,20)	Alienação de investimentos	-	
Despesa de Ocupação		(10.123,40)	(9.704,50)	Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos	-	
RESULTADO OPERACIONAL		(24.426,93)	(34.504,33)	(Aumento) Redução do Saldo de Disponibilidades	4.216,78	
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(24.426,93)	(34.504,33)	Disponibilidade no início do exercício	1.974,65	
Número de Ações		1.044.085,010	1.044.085,010	Disponibilidade no fim do exercício	6.191,43	
Lucro por ação em Reais		(0,000023)	(0,000033)	(Aumento)Redução do Saldo de Disponibilidades	4.216,78	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:						
		31/12/2020	31/12/2019			
Fernando Lana de Noronha - Diretoria				Resultado Líquido do Exercício	(24.426,93)	
Andréa dos Santos do Carmo - Contador - CRC/RJ 080.829/O-3				Resultado Abrangente Total	(34.504,33)	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2018	27.070.140,00	3.692.745,34	2.408,08	11.438,37	14.248.794,17	45.060.030,29
Resultado do exercício de 2019	-	-	-	-	(34.504,33)	(34.504,33)
Saldo em 31/12/2019	27.070.140,00	3.692.745,34	2.408,08	11.438,37	14.248.794,17	45.025.525,96
Resultado do exercício de 2020	-	-	-	-	(24.426,93)	(24.426,93)
Saldo em 31/12/2020	27.070.140,00	3.692.745,34	2.408,08	11.438,37	14.224.367,24	45.001.099,03
Mutações do Exercício	-	-	-	-	(24.426,93)	(24.426,93)
1. Capital Social: Está dividido em 778.860.145 ações ordinárias e 265.224.865 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem prioridade no reembolso do capital. 5.2. Dividendos: Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.						

EMPRESA DE TRANSPORTES LIMOUSINE CARIOCA S/A

CNPJ/MF nº 29.330.594/0001-80

Balanco Patrimonial Encerrado em: 31/12/2020		31.12.2020	31.12.2019	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM: 31/12/2020	
ATIVO					
Circulante					
Bens Numerários		4.636.922,20	5.482.506,19	RECEITA DO TRANSPORTE	
Depósitos Bancários à Vista		464.368,41	1.296.428,94	Receita Operacional Bruta	16.419.776,60
Aplicações financeiras		2.549,85	2.549,85	Receita Operacional Líquida	16.419.776,60
Almoarifado		2.533.785,55	3.968.136,76	Custo dos Serviços Prestados	(10.472.011,13)
Créditos Societários		190.800,47	171.793,02	Custo dos Serviços	(8.758.038,53)
Impostos a Recuperar		1.373.652,67	-	Custo da Depreciação	(1.713.972,60)
Adiantamento férias		23.450,96	13.690,89	LUCRO BRUTO	5.947.765,47
Não Circulante		165.976,92	175.490,08	RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.701.743,41)
Depósitos e Cauções		22.262,58	22.262,58	Receitas Financeiras	80.071,59
Depósitos Judiciais		143.714,34	153.227,50	Despesas Administrativas	(3.349.448,72)
Permanente		11.002.186,77	10.585.950,34	Despesas Financeiras	(59.517,81)
Veículos		22.769.035,60	22.003.109,00	Despesas Tributárias	(1.091.298,88)
Edificações		5.077.800,00	5.077.800,00	Outras Receitas Operacionais	853.884,50
Terrenos		2.750.700,00	2.750.700,00	Outras Despesas Operacionais	(135.434,09)
Máquinas e Equipamentos		543.332,37	543.332,37	RESULTADO OPERACIONAL	2.246.022,06
Ferramentas		20.631,26	20.631,26	Lucro Antes do IR e CSLL	2.246.022,06
Móveis e Utensílios		405.151,96	394.289,94	(-) J. Renda e Contrib. Social	(71.406,36)
Veículos Auxiliares		58.341,24	58.341,24	Resultado Operacional Líquido	1.474.615,70
Catracas Eletrônicas		429.991,40	429.991,40	Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.12.2020
(-) Depreciação Acumulada		(21.052.797,06)	(20.692.244,87)	Caixa liq. Gerado p/atividades Operacionais	4.162.928,56
Total do Ativo		15.805.085,89	16.243.946,61	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital	Reserva Legal	Reserva Lucros	Saldo a disp. Assembleia	
Histórico					
Sdo em 31.12.19	10.602.900,00	843.544,04	503.883,48	1.474.615,70	112.083,08
Lucro do Exercício	-	-	-	1.474.615,70	1.894.769,91
Reserva Legal	-	73.730,79	-	(73.730,79)	4.895.473,72
Reserva Lucros	-	-	80.884,91	(80.884,91)	3.000.703,81
Sdo em 31.12.20	10.602.900,00	917.274,83	584.768,39	1.320.000,00	5.267.115,55

EMPRESA AUTO VIAÇÃO JUREMA S/A

CNPJ/MF nº 29.336.674/0001-43

Balanco Patrimonial Encerrado em: 31/12/2020		31.12.2020	31.12.2019	Demonstrações do Resultado do Exercício Findo Em: 31/12/2019	
ATIVO					
Circulante					
Bens Numerários		4.214.745,43	3.965.564,62	Receita do Transporte	
Depósitos Bancários à Vista		2.107.777,91	2.509.136,95	Receita Operacional Bruta	31.312.2020
Aplicações financeiras		988.485,13	1.184.462,99	(-) Impostos Incidentes	(5.805,66)
Credito clientes		-	5.500,00	Receita Operacional Líquida	12.471.158,89
Adiantamento à funcionários		84.972,14	50.836,70	Custo dos Serviços Prestados	(9.631.720,24)
Almoarifado		106.819,44	156.376,09	Custo dos Serviços	(9.631.720,24)
Crédito societário		865.788,96	-	Lucro Bruto	2.839.438,65
Impostos a Recuperar		60.881,85	59.231,89	Receitas/Despesas Operacionais	(1.699.458,57)
Não Circulante		197.358,68	222.184,76	Receitas Financeiras	515.887,55
Depósitos e Cauções		4.382,53	4.382,53	Despesas Administrativas	(2.602.894,65)
Depósitos Judiciais		192.976,15	217.802,23	Despesas Financeiras	(45.568,93)
Permanente		7.733.090,35	7.847.089,21	Despesas Tributárias	(865.144,91)
Investimento		107,51	107,51	Outras Receitas Operacionais	1.373.467,40
Incentivos fiscais		7.732.982,84	7.846.981,70	Outras Despesas Operacionais	(75.205,03)
Veículos		18.734.000,00	23.070.779,92	Lucro Antes do IR e CSLL	1.139.980,08
Edificações		3.446.700,00	3.446.700,00	(-) J. Renda e Contrib. Social	(381.871,83)
Terrenos		3.009.400,00	3.009.400,00	Resultado Operacional Líquido	758.108,25
Máquinas e Equipamentos		506.354,02	506.354,02	Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.12.2020
Ferramentas		21.910,29	21.910,29	Diminuiu de obrigações tributárias	332.537,57
Móveis e Utensílios		233.880,35	227.121,85	Aumentou das Obrigações Sociais	1.954,29
Veículos Auxiliares		49.559,01	201.465,49	Diminuiu crédito de acionistas	172.502,03
Catracas Eletrônicas		393.421,18	393.421,18	Aumentou Provisão de Férias	62.277,56
(-) Depreciação Acumulada		(18.662.242,01)	(23.030.171,05)	Caixa liq. Gerado p/atividades Operacionais	683.061,69
Total do Ativo		12.145.194,46	12.034.838,59	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital	Reserva Legal	Reserva Lucros	Saldo a disp. Assembleia	
Histórico					
Sdo em 31.12.19	8.966.100,00	95.484,81	467.588,28	758.108,25	265.243,88
Lucro do exercício	-	-	-	1.035.405,38	265.243,88
Reserva Legal	-	37.905,42	-	(37.905,42)	-
Reserva de lucros	-	-	60.202,83	(60.202,83)	-
Sdo em 31.12.20	8.966.100,00	133.390,23	527.791,11	660.000,00	3.096.283,04